



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

---

**PARECER Nº 123/2024/COJUSA/PGM/SEMUSA**

**PROCESSO Nº 00600-00022941/2024-10-e**

**INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUSA**

**ASSUNTO:** Aquisição de material permanente SMART TV'S, mediante Adesão da Ata de Registro de Preço Nº 024/2023/SEPLAG, Pregão Eletrônico nº 023/SEPLAG/2023.

## **I. RELATÓRIO**

Vieram-me os presentes autos para análise quanto ao pedido de material permanente SMART TV'S visando atender as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, tendo em vista o grande aumento de demandas e uso de diversos sistemas nos setores, mediante à adesão do item 4 da Adesão da Ata de Registro de Preço Nº 024/2023/SEPLAG, Pregão Eletrônico nº 023/SEPLAG/2023, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Mato Grosso, cuja a detentora é a empresa REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ: 65.149.197/0002-51, conforme Termo de Referência nº18/2024 - 2024/NUMAC/DIGEAS/DA/SEMUSA (eDOC C8199E5D), devidamente assinado pela Ordenadora de Despesa.

O custo total da contratação pretendida é de R\$ 10.978,32 (dez mil, novecentos e setenta e oito reais, trinta e dois centavos).

A justificativa para tal procedimento e sua vantajosidade encontra-se presente autos em comento eDOC 58253475 sendo, pois, desnecessário a sua transcrição.

É o breve relatório.

Passamos a análise da questão.

## **II. DA FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.I. Da Finalidade e Abrangência do Parecer**

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

controle prévio de legalidade, conforme art. 53, § 4º, da Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico consultiva. Além do mais, na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração.

Feitas tais ressalvas, passamos à análise estritamente jurídica do presente processo.

## **II.II. Do Procedimento de Contratação**

De acordo com o art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, ressalvados os casos consignados em lei, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, mediante critérios estabelecidos em instrumento convocatório próprio.

Neste sentido, o regramento legal estabelece que as compras, sempre que possível deverão atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas; ser processadas através de sistema de registro de preços; submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado e ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade; balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública.

A adesão, popularmente referida como "carona", configura-se quando um órgão não participante, também denominado "órgão aderente", decide contratar o objeto licitado pelo órgão gerenciador, mesmo não tendo participado dos procedimentos iniciais do processo licitatório e, portanto, não integrando a ata de registro de preços, conforme estabelecido pelo artigo 6º, inciso

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: [juridicosemusapvh@gmail.com](mailto:juridicosemusapvh@gmail.com)**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº 123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

XLIX, da Lei nº 14.133/2021.

Diferentemente da revogada Lei nº 8.666/93, o procedimento da adesão foi expressamente previsto na Lei nº 14.133/21, vejamos:

Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

§ 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante.

§ 2º Se não participarem do procedimento previsto no caput deste artigo, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I- apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II- demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 desta Lei;

III- prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

§ 3º A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: (Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023)

I- por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

II- por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

§ 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

§ 5º O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o § 2º deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 6º A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 desta Lei.

§ 7º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o § 5º deste artigo.

§ 8º Será vedada aos órgãos e entidades da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade estadual, distrital ou municipal.

Conforme estipulado pelo parágrafo segundo do art. 86 da legislação supracitada, a **adesão torna-se possível mediante o cumprimento de certos requisitos: a) apresentação de**

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

justificativa que evidencie a vantagem da adesão, especialmente em situações de possível desabastecimento ou interrupção do serviço público; **b)** comprovação de que os valores registrados são condizentes com os praticados pelo mercado; e **c)** obtenção prévia de consulta e aprovação tanto do órgão ou entidade gerenciadora quanto do fornecedor.

Vale ressaltar que a avaliação não se limita apenas à consideração do preço de mercado e da vantagem da adesão, mas também inclui a obrigatória consulta e aprovação por parte do órgão gerenciador e do fornecedor. Isso enfatiza que o órgão gerenciador desempenha um papel crucial no controle das adesões, considerando as restrições de quantitativos, e a empresa deve ser consultada para confirmar sua aceitação ou recusa em relação à adesão proposta.

A Lei nº 14.770/23 promoveu modificações no texto da Lei nº 14.133/21, estipulando que **a prerrogativa de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida da seguinte forma:** **a)** por órgãos da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, em relação à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou **b)** por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, em relação à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, contanto que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante procedimento licitatório.

Os §§ 4º e 5º trazem **limitações individuais e globais à adesão, respectivamente:** **a)** não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes e **b)** o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

No âmbito municipal a Lei nº 14.133/2021 esta regulamentada por intermédio do Decreto nº 18.892/2023, com as seguintes previsões em caso de utilização de ata de registro de preços por órgão não participante:

Art. 70. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de que trata este Decreto **poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participante, observados os seguintes requisitos:**

- I – apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;**
- II – demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores**

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº 123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

---

**praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;**  
**III – prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.**

§ 1º Os órgãos e as entidades de que trata o caput deste artigo, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão consultar o órgão ou entidade gerenciadora da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º O órgão ou entidade que não participar de todos os itens ou lotes do registro de preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais itens ou lotes do mesmo registro de preços.

§ 3º Poderão igualmente utilizar-se da Ata de Registro de Preços, como órgão não participante outras entidades da Administração Pública, observando-se as disposições legais e jurisprudenciais que versam sobre a admissibilidade da adesão entre entes públicos, conforme o caso, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo.

§ 4º Cabe ao órgão gerenciador verificar junto ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, se aceita ou não o fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes.

§ 5º Compete ao órgão não participante, observada a ampla defesa e o contraditório, os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, devendo informar as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 6º Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

Art. 71. O órgão ou entidade não participante, deverá **observar as regras no que tange ao controle para adesão à Ata de Registro de Preços**, conforme limites abaixo estabelecidos:

**I – as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o Art. 70 deste Decreto não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes;**

**II – o quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o Art. 70 deste Decreto não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.**

§ 1º Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o inciso II.

§ 2º A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o inciso II se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: [juridicosemusapvh@gmail.com](mailto:juridicosemusapvh@gmail.com)**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

Desse modo, compreende-se que para adoção do procedimento de adesão à ata de registro de preços, deve o órgão não participante observar os preços de mercado e vantajosidade da adesão, bem como, consultar o órgão gerenciador e o fornecedor registrado.

Registre-se ainda, que as aquisições ou contratações adicionais, decorrentes do efeito "carona", não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços.

### **II.III. Das Etapas do Planejamento da Contratação e Análise dos Quesitos para Adesão**

A Lei nº 14.133, de 2021 prevê em seu artigo 5º a necessidade de observância do planejamento como um dos princípios basilares na aplicação da norma. Trata-se de uma etapa fundamental para que a contratação ou compra seja bem sucedida. Cabe frisar que o artigo 18 da NLLC estabelece que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve ser compatibilizada com o Plano de Contratações Anual (PCA), sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação

O planejamento consiste na previsão e estruturação de um conjunto coordenado de ações com vistas ao alcance de um objetivo. Entretanto, é necessário destacar que existem momentos anteriores ao planejamento da licitação que não podem ser esquecidos. Nesse passo, a Nova Lei de Licitações materializa a necessidade de que os órgãos públicos passem a planejar de uma forma mais eficaz as aquisições do período, de modo que, doravante, haverá necessidade de elaboração de quatro documentos, à saber: **a)** Documento de Formalização de Demanda; **b)** Estudo Técnico Preliminar; **c)** Mapa de Risco e **d)** Termo de Referência.

Dito isso, é a partir do documentos de formalização de demandas, que os órgãos responsáveis pelo planejamento poderão elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e das entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.

#### **a) Documento de formalização da demanda**

Quanto ao **Documento de Formalização da Demanda**, este deve conter os conteúdos previstos no art. 8º do Decreto Municipal n.º 18.892/2023, especialmente a justificativa

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: [juridicosemusapvh@gmail.com](mailto:juridicosemusapvh@gmail.com)**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº 123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

da necessidade da contratação, o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável e a indicação da data pretendida para a conclusão da contratação.

No presente caso, verifica-se que **a Administração juntou aos autos o Documento de Formalização de Demanda Retificado (eDOC FFE99C20)**, e este, aparentemente, contém os elementos mínimos exigidos no art. 8º do Decreto Municipal n.º 18.892/2023.

**b) Estudos Preliminares: principais elementos**

No tocante aos **Estudos Técnicos Preliminares**, a equipe de planejamento deverá certificar-se de que trazem os conteúdos previstos no art. 18, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021. Tal dispositivo estabelece que os estudos preliminares deverão conter:

§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do caput deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

- I – descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II – demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III – requisitos da contratação;
- IV – estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V – levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI – estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII – descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII – justificativas para o parcelamento ou não da contratação;
- IX – demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;
- X – providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;
- XI – contratações correlatas e/ou interdependentes;
- XII – descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;
- XIII – posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

**§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais**

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: [juridicosemusapvh@gmail.com](mailto:juridicosemusapvh@gmail.com)**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

---

elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.  
(Grifou- se)

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

Além das exigências da Lei n.º 14.133, de 2022, deve a Administração Municipal observar, no que couber, as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras.

No presente caso, verifica-se que a Administração juntou aos autos o Estudo Técnico Preliminar (**eDOC 7ADDB1E9**). Apesar de se tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém os elementos mínimos necessários, conforme exigido no art. 18, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

Ressaltamos que o documento em comendo trata-se de uma peça técnica, de um instrumento de planejamento e gestão de gasto público, de modo a refletir as necessidades da Administração por meio de dados reais, o que não está abrangida dentro da esfera de competência deste órgão de assessoramento jurídico. Assim, reiteramos que a presente análise jurídica irá presumir que o setor competente do órgão observou todos os parâmetros técnicos objetivos e legais, para a melhor consecução do interesse público.

**c) Análise de riscos**

O art. 18, inciso X, da Lei n.º 14.133, de 2021, estabelece que o planejamento da contratação deverá contemplar a análise dos riscos.

No Portal de Compras do Governo Federal consta tópico especialmente dedicado à Identificação e Avaliação de Riscos, que oferece orientações elaboradas base nas premissas estabelecidas pela Lei n.º 14.133, de 2021. É certo que tais recomendações devem ser incorporadas no planejamento desta contratação.

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: [juridicosemusapvh@gmail.com](mailto:juridicosemusapvh@gmail.com)**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

Além disso, a Administração deve se atentar para a possibilidade de inserir no contrato tópico destinado à Matriz de Riscos (art. 6º, inciso XVII) e Matriz de Alocação de Riscos (art. 103), o que deve ser feito com base em avaliação concreta, com apresentação de justificativa, haja vista a possibilidade de elevação dos custos da contratação. Em caso de dúvidas, esta unidade jurídica poderá ser consultada.

Cabe pontuar que **“Mapa de Riscos” não se confunde com cláusula de “Matriz de Risco”**, a qual será tratada quando da minuta de contrato e é considerada como a caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em que se aloca, de forma prévia e acertada, a responsabilidade das partes por possível ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação. Assim, a idealização e elaboração do “Mapa de Riscos” não supre a necessidade da Administração Pública, em momento oportuno, discutir **a matriz de riscos a ser estabelecida no instrumento contratual** (item 5.2. do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação: Advocacia-Geral da União: Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, 2023).

Cabe pontuar que a etapa de Gerenciamento de Riscos, exceto quanto àquela relacionada à fase de gestão do contrato, pode ser dispensada no caso das contratações diretas (artigo 72, I, da Lei n.º 14.133, de 2021). A dispensa do mapa de risco está condicionada à juntada aos autos de justificativa, demonstrando, por exemplo, que a elaboração do documento é incompatível com a urgência da contratação.

**No caso presente, percebe-se que a Administração não juntou aos autos o Análise de Riscos nem apresentada justificativa para sua dispensa, desatendendo assim ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, o que deverá ser sanado.**

**d) Termo de Referência**

O Termo de Referência é o documento que deverá conter a definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação, a fundamentação da contratação, a descrição da solução, os requisitos da contratação, o modelo de execução do objeto, o modelo de gestão do contrato, os critérios de medição e de pagamento, a forma e critérios de seleção do fornecedor, as estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº 123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado e a adequação orçamentária.

O Termo de Referência deve contemplar as exigências do artigo 6º, XXIII, da Lei n.º 14.133, de 2022, devendo ser adotado modelo simplificado conforme Art.3º §3º do Decreto Municipal nº 20.205, de 12 de Julho de 2024, respeitando as mesmas condições postas nos termos de referência da licitação, no qual será suficiente a inclusão das justificativas da contratação ou aquisição, a descrição dos produtos ou serviços a serem fornecidos, bem como a forma, prazos e condições desse fornecimento, uma vez que tais prazos e condições são próprios do órgão carona e diferem daqueles fixados pelo órgão gerenciador.

No caso, consta dos autos o **Termo de Referência (eDOC C8199E5D), aprovado pelo Ordenador de Despesa.**

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência aparentemente contemplou as exigências mínimas necessárias contidas no art. 6º, XXIII, c/c art. 40, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Ressaltamos que o documento em comendo trata-se de uma peça técnica, que não está abrangida dentro da esfera de competência deste órgão de assessoramento jurídico. Assim, reiteramos que a presente análise jurídica irá presumir que o setor competente do órgão observou todos os parâmetros técnicos objetivos e legais, para a melhor consecução do interesse público.

**e) Da justificativa da vantagem da adesão**

O inciso I do art. 70 do Decreto Municipal n.º 18.892/2023 dispõe acerca da necessidade da justificativa da vantagem da adesão. Podemos verificar que consta no DFD e no ETP a justificativa para a necessidade da contratação, a qual se funda na reposição dos “itens desgastados no serviço e ainda para melhoria da transparência e informatização dos serviços das upas, onde as TVs são utilizadas no painel chamador, sala de reunião e salas dos NEPs (educação em saúde)” (eDOC FFE99C20), bem como foi juntado aos autos a Justificativa da Vantajosidade e Economicidade da Adesão assinada pelo ordenador de despesa (eDOC 58253475).

**f) Dos Quantitativos**

Importante frisar que esta Coordenadoria não adentrou sobre o mérito dos quantitativos que se pretende contratar, visto que há de se considerar que tais levantamentos foram estritamente

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

analisados pelo Gestor da pasta.

No caso concreto, em relação a legitimidade do quantitativo da futura contratação a área demante apresentou no item 7 do ETP a estimativa das quantidades a serem contratadas conforme planilha de cálculo de estimativas de consumo presente no DFD (eDOC FFE99C20), ressalta-se que a Superintendência de Gestão de Gastos Públicos – SGP, setor técnico responsável pela avaliação dos gastos do Município, manifestou-se favorável quanto aos quantitativos estimado da despesa, conforme (eDOC 788734E9).

Em relação aos quantitativos máximos a serem adquiridos, a aquisição deve observar o limite de 50% do quantitativo registrado, conforme determina o §4º do art. 86 da Lei 14.1333/2021, bem como, o inciso I, art. 71 do Decreto Municipal n.º 18.892/2023, in verbis:

Lei 14.1333/2021 Art. 86 [...] § 4º As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o § 2º deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

Decreto Municipal n.º 18.892/2023, art.71 [...] I – as aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o Art. 70 deste Decreto não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão ou entidade gerenciadora e para os órgãos ou entidades participantes;

Por sua vez, nos termos do §3º do art. 124, o conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

Sendo assim, consoante termo de referência sob expediente eDOC C8199E5D/ peça 16, pretende a consulente à aquisição do item 04 da Ata e Registro de Preços Nº 024/2023/SEPLAG. Senão Vejamos:

Item da Ata	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04	SMART TV LED 55"; CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: RESOLUÇÃO: ULTRA HD 4K; TELA: FORMATO WIDESCREEN; CONEXÕES MÍNIMAS: HDMI: 3; USB: 2; ETHERNET (LAN): 1; WI-FI INTEGRADO E BLUETOOTH; ITENS INCLUSOS: CABO DE ENERGIA, CONTROLE REMOTO, PILHAS, MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS; EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE; GARANTIA MÍNIMA DE 01 ANO.	UNIDADE	06	R\$ 1.829,72	R\$ 10.978,32

Portanto, quanto a este critério nota-se obediência quanto ao limite estabelecido pela

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

---

legislação de regência.

**g) Dos Preços**

O inciso II do art. 70 do Decreto Municipal n.º 18.892/2023 dispõe acerca da obrigatoriedade da demonstração de que os valores registrados ainda estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do Art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o qual nos traz alguns parâmetros a serem utilizados para balizamento dos preços, vejamos:

Art. 23. O valor previamente esmado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as condições a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

§ 1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor esmado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Assim, frisa-se que a Administração deve lastrear sua consulta com bastante cautela e de modo detalhado com fundamento em cestas de preços de preferência naqueles praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames, conforme orientações já sedimentadas pelo TCU.

Segundo essa Egrégia corte de contas (TCU, Acórdão 1875/2021-Plenário): As pesquisas de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral devem ser baseadas em uma "cesta de preços", devendo-se dar preferência para preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames. A pesquisa de preços feita exclusivamente junto a fornecedores deve ser utilizada em qualquer caso, na ausência de preços obtidos em contratações públicas anteriores ou cestas de preços referenciais (Instrução Normativa SEGES/ME 73/2020).

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

Nada obstante ser possível aferir, diante de eventuais cotações juntadas nos autos, que a escolha do fornecedor se deu por menor preço, revelando-se, a princípio, a mais vantajosa para a Administração, é essencial que o Gestor busque parametrizar também os valores da eventual contratação com base em cesta de preços, incluindo, preferencialmente, os preços praticados no âmbito da Administração Pública, oriundos de outros certames.

Ressalta-se que a cesta de preços determinada pelo TCU como medida necessária para aferição dos preços devem ser implementadas pelo Gestor da Pasta de maneira a evitar toda e qualquer dúvida, sendo um ato de exclusividade da gestão.

Conforme se infere dos autos, a Superintendência Municipal de Licitações – SML, no exercício de suas atribuições legais, conforme prevê o Decreto nº 18.892/2023, procedeu a realização das Cotações de Preços e Quadro Comparativo de Preço (**eDOC 3A135516 / eDOC 51CF8DC0**) visando atestar o valor de mercado.

Todavia, não foram priorizados todos os parâmetros previstos no art. 23, §1º da Lei nº 14.133, de 2021. Consta que as pesquisas foram feitas com fulcro na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, acerca do critério a ser utilizado para definição dos preços, conforme formulário de conferência de procedimentos para cotação de preços **eDOC 51CF8DC0**.

Por fim, é importante registrar que a presente análise se restringe aos aspectos legais compreendidos na pretendida contratação, não cabendo a esta Coordenadoria a verificação sobre a razoabilidade dos valores envolvidos, bem como quanto às características do objeto.

**h) Das Solicitações de Anuências**

O inciso III do art. 70 do Decreto Municipal n.º 18.892/2023 dispõe acerca da necessidade de prévias consultas e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor, com o detalhamento do número do processo, número da Ata de Registro de Preços, itens ou lotes e a quantidade a ser contratada.

Verificamos que há, nos autos a autorização do órgão gerenciador, bem como, o aceite da empresa detentora dos item registrado, conforme documentos id. **eDOC E0261286** (peça 12) e id. **eDOC 6AED9FF7** (peça 15).

**i) Da Dotação Orçamentária**

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº 123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

Objetivando o controle da execução orçamentária e financeira, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, prevê que os atos voltados para a criação, a expansão ou o aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, serão acompanhados de declaração do Ordenador da Despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, conforme art. 16, II, da LRF:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - esmava do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Logo, subentende-se que é imprescindível que o ordenador de despesas tenha definições claras sobre a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Nos autos constam o pré-empenho id **eDOC 4A186128**, no valor de R\$ 10.978,32 (dez mil, novecentos e setenta e oito reais, trinta e dois centavos).

Contudo, insta consignar que resta ausente nos autos a nota de empenho. De acordo com o art. 58 da Lei Federal nº 4.320/1964 empenho de despesa "é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição."

Portanto, o empenho da despesa deve ser realizado antes da execução do Contrato, pois é a garantia para o Contratado de que a Administração Pública tem separado o recurso para cobertura total das despesas objeto do Contrato.

Desta forma, fica sob total responsabilidade do Gestor o valor a ser empenhado, sob pena de configurar despesa sem prévio empenho, o que é vedado na legislação pátria, ensinamentos do art. 60 da Lei Federal n. 4.320/64.

**j) Dos Documentos de Habilitação**

De início, alertamos que, mesmo nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, a

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

comprovação da habilitação do contratado deve ser exigida com relação aos aspectos essenciais à regularidade da contratação (art. 72, V, c/c art. 91, § 4º, art. 92, XVI, e art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

Compete ao gestor verificar a situação da futura contratada junto aos seguintes cadastros/sistemas:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ;
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – CNDT.

Ressalte-se que é essencial, também, a **declaração relativa ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.**

Atente-se que o cadastro do **CADIN** é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação (art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 2002).

No presente caso, a fim de comprovar a regularidade da **Habilitação Jurídica** da futura contratada foram juntados aos autos os documentos constantes no (eDOC 02BCEE4E).

Quanto a comprovação da regularidade da **Habilitação Fiscal e Trabalhista** foram juntados os documentos constantes no (eDOC 02BCEE4E). **Contudo, de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS encontra-se vencida, devendo ser adotadas medidas cabíveis para sua devida regularização.**

**Outrossim, verifica-se que não foi juntado aos autos documentos que comprovam a ausência de impedimento para contratar com o Poder Público, devendo ser adotadas as medidas cabíveis para sua devida regularização.**

**k) Da Dispensa Contratual**

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº 123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

A nova Lei de Licitações estabelece em seu ar go 95 a obrigatoriedade do instrumento de contrato, com exceção de duas hipóteses. Vejamos:

Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

**II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor.** (Grifou-se)

Veja-se que a nóvel legislação trouxe duas hipóteses que afasta a formalização do contrato. Dito isso, considerando que os objeto pleiteado pela Administração não resultará em obrigações futuras, a elaboração do contrato fica dispensada, podendo este ser substituído pela NE.

**I) Cópia do Edital, Homologação e Ata de Registro de Preços**

No tocante à documentação da licitação a ser aderida, verifica-se que estão presentes nos autos do processo administrativo, Pregão Eletrônico nº 023/SEPLAG/2023 (**eDOC 90EF7499**); Ata de Registro de Preço (**eDOC 28027CBF**); Termo de Homologação (**eDOC 58DC3DB4**).

Destarte, observa-se no Edital do Pregão Eletrônico nº 023/SEPLAG/2023 (**eDOC 90EF7499**) a possibilidade de órgão não participante, que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos legais, fazer uso do instituto da adesão à ata de registro de preços.

Por fim, importante salientar que a referida ata conforme informação extraída do (**eDOC 28027CBF**) encontra-se vigente até dezembro de 2023.

**III. DAS RECOMENDAÇÕES**

- a) Instruir os autos com a Análise de Risco (mapa de risco) ou apresentar justificativa para sua dispensa, conforme exigência do art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Providenciar a juntada da declaração relativa ao cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- c) Providenciar a juntada de documentos que comprovem a ausência de impedimento para contratar com o Poder Público;

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: juridicosemusapvh@gmail.com**



**PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO – PGM**  
**COORDENADORIA JURÍDICA DE SAÚDE- COJUSA**  
**Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA**  
**PARECER Nº123/ 2024/ COJUSA/ SEMUSA**

- d) Providenciar a juntada das certidões de regularidade fiscal vencidas: certificado de regularidade do FGTS;
- e) Promover a designação do gestor e fiscal do contrato previamente a execução do objeto.

#### **IV. DA CONCLUSÃO**

Em face do exposto, manifesta-se esta Coordenadoria no sentido da regularidade jurídica, com ressalvas, da contratação mediante à adesão do item 4 da Adesão da Ata de Registro de Preço Nº 024/2023/SEPLAG, Pregão Eletrônico nº 023/SEPLAG/2023, da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Estado do Mato Grosso, cuja a detentora é a empresa REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ: 65.149.197/0002-51, nos termos da Lei n.º 14.133 de 2021 e Decreto Municipal nº 18.892/2023, condicionada ao atendimento das recomendações formuladas neste parecer.

Somente após o acatamento das recomendações emitidas neste parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784, de 1999), e conforme já alertado nas considerações preliminares desta manifestação, será possível dar-se o prosseguimento do feito, nos seus demais termos, sem a necessidade de retorno para nova manifestação desta Coordenadoria.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Porto Velho, 19 de agosto de 2024.

**PAULO HENRIQUE CAVALCANTE TAVEIRA**  
Coordenador Jurídico  
COJUSA/SEMUSA

Avenida Campos Sales, nº 2283 – Centro  
**Porto Velho – RO CEP: 76801-081**  
**E-mail: [juridicosemusapvh@gmail.com](mailto:juridicosemusapvh@gmail.com)**



Assinado por **Paulo Henrique Cavalcante Taveira**. - Coordenador Jurídico da Secretaria de Saúde - Em: 20/08/2024, 09:05:44